

Trabalho reage sob Bolsonaro, mas renda ainda se recupera



Fairão de vagas organizado pelo sindicato dos trabalhadores em hotéis, bares e restaurantes em SP. Zanone Fraissat - 13.jul.22/Folhapress

Trabalho reage, mas fica mais barato após crise da pandemia

Desemprego cai com avanço da ocupação, enquanto renda ainda se recupera, e informalidade segue alta

Leonardo Vieceli e Douglas Gavras

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebe da gestão de Jair Bolsonaro (PL) um mercado de trabalho com desempenho misto: parte dos indicadores mostra retomada, enquanto outra parcela ainda sinaliza dificuldades. Após o boque da pandemia, o desemprego engatou uma trajetória de queda em meio ao avanço da vacinação contra a Covid-19. Com a volta dos brasileiros ao trabalho, a desocupação ficou menor do que no período pré-Bolsonaro. A renda, porém, despencou em um cenário de inflação alta e, mesmo com os recentes sinais de melhora, não se recuperou totalmente do choque. Além disso, a informalidade, marcada pelos populares bicos, permanece elevada e se apresenta como um desafio para o governo Lula.

“Pelo lado da ocupação, o desempenho do mercado de trabalho vem sendo muito positivo, mas, quando olhamos para a renda, ainda temos preocupações”, afirma o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. “A trajetória da renda não acompanhou a inflação elevada durante um período. Além disso, o trabalho ficou mais barato na pandemia. Tivemos uma grande oferta de mão de obra pouco qualificada. Isso acaba afetando”, acrescenta. No trimestre de agosto a outubro de 2022, o mais recente com dados disponíveis, a população ocupada com algum tipo de vaga — formal ou informal — foi de 99,7 milhões de pessoas no Brasil, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Trata-se do maior número da série histórica da Pnad Continua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua), iniciada em 2012. Em igual trimestre de 2018, antes da era Bolsonaro, a população ocupada estava em 93,3 milhões. Em 2022, na fase inicial da pandemia, o número chegou a cair para menos de 83 milhões.

Com a reabertura e os estímulos à economia no último ano, a taxa de desemprego recuou para 8,3% no trimestre encerrado em outubro de 2022. É o menor nível para o

período desde 2014 (6,7%). O número de desempregados — pessoas de 14 anos ou mais sem trabalho à procura de vagas — foi de 9 milhões até outubro do ano passado. Também é o número mais baixo para esse trimestre desde 2014 (6,7 milhões).

“O desemprego caiu muito. Grande parte dessa história é explicada pela recuperação pós-Covid. Na pandemia, houve um represamento grande do consumo de serviços, o setor que mais emprega”, diz o pesquisador Daniel Duque, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). O economista, por outro lado, considera que o rendimento médio do trabalho, em termos reais, foi o “grande perdidor” dos últimos anos. Em um cenário de inflação elevada, a renda caiu em 2021 e 2022, atingindo os menores patamares da década.

No trimestre mais recente, até outubro de 2022, o rendimento foi estimado em R\$ 2.754. O valor representa uma melhora ante os meses anteriores, mas ainda ficou abaixo de igual período de 2019 (R\$ 2.811), pré-pandemia, e do mesmo intervalo de 2018 (R\$ 2.784), pré-Bolsonaro.

A economista Vivian Almeida, professora do Ibmec RJ, entende que o mercado de trabalho apresenta uma recuperação incompleta. Mesmo com a retomada da ocupação, um grande contingente de brasileiros convive com a incerteza de trabalhos pontuais, destaca.

Segundo o Pnad Continua, o número de trabalhadores sem carteira assinada ou CNPJ foi de quase 39 milhões no trimestre até outubro de 2022.

O número ficou um pouco abaixo do recorde de 39,3 milhões, verificado no trimestre anterior, até julho.

“Muitas pessoas transferiram a renda que era adicional na fonte principal”, afirma Almeida.

“No caso dos motoristas de aplicativos, por exemplo, a pergunta de R\$ 1 milhão é como tratar esses profissionais e como eles querem ser tratados. A questão da proteção social ultrapassa o salário. É preciso enxergar as demandas deles”, acrescenta.

Os 39 milhões de informais representaram 39,1% da po-

pulação ocupada até outubro (99,7 milhões). A taxa de informalidade de recorde da série comparável foi de 40,9% no trimestre até julho de 2019, antes da pandemia. Quando surgiu um trabalho para Graça Soares, 55, durante as férias com parentes no Espírito Santo neste ano, ela não pensou duas vezes.

“Aproveitei para visitar a família em janeiro, mas surgiu uma oportunidade de limpar uma casa aqui, em Cachoeira de Itapemirim, acabei optando. Quem é diarista não pode recusar trabalho”.

Soares faz diárias há pouco mais de um ano em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Antes da pandemia, trabalhou como empregada doméstica para uma só família por nove anos, mas a crise sanitária a obrigou a ficar em casa e, no retorno ao trabalho após a vacinação, soube que os patrões teriam de substituí-la e a empregada fixa por duas diárias por semana.

A pandemia mudou sua vida, avalia, reduziu os ganhos e aumentou a insegurança. “Ainda quero um emprego distante”.

Levantamento feito pelo Datafolha em dezembro mostrou que 77% dos brasileiros preferem ter carteira assinada, com direitos trabalhistas

garantidos, mesmo que a remuneração seja menor. Outros 21% escolhem trabalhar sem carteira, sem direitos trabalhistas garantidos, se o salário for maior.

Para Fausto Augusto Júnior, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o mercado de trabalho iniciou uma recuperação após o choque da pandemia, mas de “maneira precária”.

Nesse sentido, ele cita a perda de renda e o alto número de informais. Na visão do diretor, um dos desafios do novo governo Lula é “reparar” trechos da reforma trabalhista, que entrou em vigor em 2017, no governo Michel Temer (MDB).

“A reforma foi feita de maneira muito rápida. Então, é necessário relocalizar os setores na mesa. Você precisa fazer as discussões de maneira coletiva”, diz.

Na terça-feira (3), o novo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, descartou uma revogação completa da reforma trabalhista, sinalizando que defende apenas a revisão de trechos da legislação.

Marinho ainda afirmou que o governo irá apresentar ao Congresso até maio uma política de valorização permanente do salário mínimo. A Folha mostrou, porém, que a aplicação de recursos necessários para bancar o aumento prometido por Lula é de R\$ 77 bilhões superior ao previsto, o que levou a atual equipe a estudar alternativas.

O ministro também afirmou que vai apresentar no primeiro semestre uma proposta de regulação de aplicativos, trabalho que ele classificou como “semiescravo”.

“É preciso compreender que tem trabalhadores que nem desejam o formato anterior CLT, mas que necessitam de uma proteção social e previdenciária e, acima de tudo, da qualidade da remuneração”, disse Marinho.

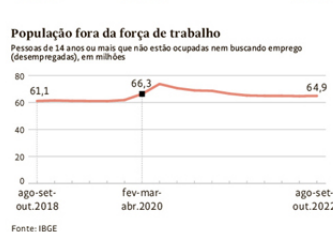
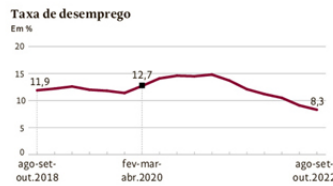
Na avaliação de Daniel Duque, do FGV Ibre, a reforma trabalhista é um possível fator para explicar a queda do desemprego. Esse argumento leva em conta o alívio sobre litígios e custos judiciais das empresas a partir das mudanças na legislação, o que abriu espaço para mais contratações.

Duque acredita que a principal política do governo Lula na área trabalhista será a valorização do salário mínimo, sem grandes alterações na reforma.

“O que provavelmente será feito é uma revisão marginal de algumas regras, sem mudar o principal núcleo da reforma”.

Bruno Imaizumi, da LCA, avalia que modalidades de trabalho que ganharam força na pandemia, como o home office, devem permanecer no dia a dia de parte das empresas. “Essa é uma tendência no mercado de trabalho”.

Desemprego cai, mas renda fica menor, e informalidade segue alta



“A trajetória da renda não acompanhou a inflação elevada durante um período. Além disso, o trabalho ficou mais barato na pandemia. Tivemos uma grande oferta de mão de obra pouco qualificada”

Bruno Imaizumi
economista da LCA Consultores

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 15